



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 543

Teresina (PI), 01 de outubro de 2019.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Projeto de Lei** de autoria da Deputada **Flora Izabel** que:

“Institui o Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares (SIEBE-PI) e dá outras providências”.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep.  **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

LEI Nº

DE

DE

DE 2019

Institui o Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares (SIEBE-PI) e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares do Estado do Piauí (SIEBE-PI), com o objetivo de integrar as bibliotecas escolares na rede pública estadual de ensino, em atendimento ao que determina a Lei nº 9.394/96 e a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), bem como a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, a qual dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

Art. 2º O Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares (SIEBE-PI) integra o Plano Estadual de Educação, nos termos da Lei nº 6.733, de 17 de dezembro de 2015, e constitui-se como um dos instrumentos de implementação da política estadual para o livro, leitura, literatura e bibliotecas.

Parágrafo único. O atendimento das plenas condições de funcionamento da biblioteca escolar é critério para avaliação e credenciamento das unidades escolares, pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 3º Sem prejuízo da atuação de servidores do Ambiente Ocupacional da Educação no planejamento e desenvolvimento das atividades nas bibliotecas escolares, estas devem contar com bibliotecários com formação de nível superior, devidamente registrados no Conselho Regional de Biblioteconomia.

Art. 4º Com vistas à implementação progressiva do preconizado no art. 3º da Lei Federal nº 12.244, de 10 de maio de 2010, a Secretaria de Estado da Educação fica autorizada a contratar os serviços de bibliotecários, bem como a criar os respectivos cargos para provimento efetivo, devendo obedecer ao seguinte:

I - no primeiro ano de implantação desta Lei deve ser assegurada a presença de profissional bibliotecário com formação superior em pelo menos 20% (vinte por cento) das bibliotecas escolares da Rede Estadual de Ensino;

II - até o ano de 2020 todas as bibliotecas integrantes do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares - SIEBE-PI deverão contar com profissionais bibliotecários com formação superior.

Art. 5º O Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares do Estado do Piauí (SIEBE-PI) tem a seguinte organização:

I - Órgão Central;



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

a) Secretaria de Estado de Educação, cuja função perante ao SIEBE-PI é dotar recursos para que as escolas possuam bibliotecas com objetivo de viabilizar a competência informacional do estudante da rede pública de ensino do Estado do Piauí.

II - Unidade Central de Execução;

a) Coordenaria Estadual do Sistema de Bibliotecas Escolares, gerenciada por um profissional bibliotecário, conforme disciplinam as Leis nº 4.084, de 30 de junho de 1962 e nº 9.674 de 25 de junho de 1998, com a função de estabelecer políticas e metodologias de trabalho para o SIEBE-PI, bem como centralizar serviços que julgar necessários para o eficaz desempenho do SIEBE-PI.

III - Unidades Descentralizadas de Execução, denominadas de Unidades Pólo.

a) as Unidades Pólo serão formadas por determinado número de escolas que funcionem em uma mesma área geográfica com o objetivo de supervisionar o trabalho desenvolvido e promoverem a racionalização das atividades para possibilitar às unidades prestadoras de serviço a execução de maior número de atividades voltadas para o atendimento do usuário. As atividades deverão ser gerenciadas por um profissional bibliotecário, conforme disciplinam as Leis nº 4.084, de 1962 e nº 9.674, de 1998 e formar a equipe de profissionais bibliotecários que supervisionarão as atividades das Unidades de Prestação de Serviço.

IV - Unidades de Prestação de Serviços

a) bibliotecas instaladas nas escolas da Rede Estadual de Ensino cujo espaço se constituirá na interlocução com os discentes, docentes, funcionários da escola e a comunidade do entorno.

Art. 6º Compete ao Órgão Central:

- I - definir as diretrizes e normas necessárias ao funcionamento do SIEBE-PI;
- II - aprovisionar os profissionais necessários para o eficaz funcionamento do SIEBE-PI;
- III - garantir, através de planejamento orçamentário, recursos para promover a aquisição de acervo, equipamentos e demais itens necessários para o eficiente desempenho do Sistema.

Art. 7º Compete à Unidade Central de Execução:

- I - definir os acervos que devem compor as Bibliotecas Escolares;
- II - promover a integração dos acervos das Bibliotecas Públicas Escolares;
- III - desenvolver programas de assistência técnica às Bibliotecas Escolares do Estado;
- IV - celebrar convênios com órgãos e entidades públicas e privadas, visando atingir o objetivo do Sistema;
- V - manter atualizadas as informações sobre as Bibliotecas Escolares Estaduais;
- VI - orientar a implantação ou expansão de Bibliotecas Escolares, quando solicitado;
- VII - processar tecnicamente o acervo a ser enviado para as Unidades Prestadoras de Serviço.

Art. 8º Compete às Unidades Descentralizadas de Execução:

- I - constituir uma programação mensal de atividades a serem realizadas nas Unidades Prestadoras de Serviço;
- II - distribuir o acervo enviado pela Unidade Central de Execução de acordo com a proposta pedagógica da escola;
- III - supervisionar e orientar as atividades a serem desenvolvidas nas Unidades Prestadoras de Serviço;
- IV - executar outras atividades correlatas, necessárias ao bom funcionamento das Bibliotecas sob suas responsabilidades.



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Art. 9º Compete às Unidades Prestadoras de Serviço:

- I - organizar seu acervo, de forma a facilitar a localização da informação ou assuntos desejados pelo público;
- II - conservar os recursos informacionais integrantes de seu acervo, providenciando as restaurações necessárias;
- III - orientar o público na pesquisa de assuntos de seu interesse;
- IV - controlar o fornecimento e devolução de volumes de seu acervo ao público;
- V - executar outras atividades correlatas, necessárias ao bom funcionamento das Bibliotecas;
- VI - promover a integração das atividades contidas na proposta pedagógicas da escola com as ações desenvolvidas nas Bibliotecas.

Art. 10. O Órgão Central expedirá as instruções que se fizerem necessárias para a implantação e funcionamento do SIEBE-PI.

Art. 11. Caberá ao Executivo regulamentar a presente Lei, no qual disciplinará as sanções pelo cumprimento das disposições desta Lei.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 15 de julho de 2019.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Dep. **MARDEN MENEZES**
2º Secretário

Dep. **CARLOS AUGUSTO**
4º Secretário